

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES
1863-2013

Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

COMEMORAÇÕES DOS 150 ANOS DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELÊNCIA



O Presidente da República

Comissão de Honra

Primeiro Ministro

Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana

Directora da Biblioteca Nacional de Portugal

Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Presidente do Centro Nacional de Cultura

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos

Textos



Patrocinador oficial
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 400 exemplares
Depósito Legal: 366919/13
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



Índice

- 15 Editorial
José Morais Arnaud

1. Historiografia

- 19 As mulheres na Arqueologia Portuguesa
Jacinta Bugalhão
- 25 História dos trabalhos arqueológicos no Vale do Rôto (Bombarral)
Cláudia Manso
- 31 Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de Estudo da Arte Rupestre do Vale do Tejo
Francisco Sande Lemos
- 39 Três décadas de escavações em Vila Nova de São Pedro (1937-1967)
Maria Ribeiro / João Luís Cardoso
- 49 A descoberta do túmulo de São Torpes em 1591
Ricardo Pereira
- 57 Abel Viana e o mundo funerário romano do Norte Alentejano (Portugal) – perspectivas de uma leitura integrada
Mónica Rolo
- 65 Alguns aspectos da história da epigrafia do *conventus Pacensis*
Pedro Marques
- 73 Cerâmica islâmica em Portugal: 150 anos de investigação
Jaqueline Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Isabel Inácio / Constança dos Santos / Catarina Coelho / Marco Liberato / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 81 Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas
Manuela Martins / Luís Fontes / Armandino Cunha
- 89 Arqueologia Urbana em Valença. Metodologias e resultados
Luís Fonte / Belisa Pereira / Francisco Andrade
- 97 A Arqueologia urbana em Lisboa: análise da actividade arqueológica entre 2006 e 2011 e divulgação patrimonial
João Araújo / Bernardo Cardoso / Inês Castelo / Giovanni Muccioli / Helena Reis / Sara Ruela
- 103 Estradas de Portugal, SA – Retrospectiva de 18 anos de actividade arqueológica (1995-2013)
Carlos Ramos

2. Estudo, gestão e valorização

- 113 O registo arqueológico e a produção de conhecimento em Avaliação de Impacte Ambiental
Gertrudes Branco
- 119 A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e a actividade arqueológica
Alexandra Estorninho / João Marques / Ana Nunes
- 127 Os sistemas de Informação Geográfica na Arqueologia Portuguesa
Célia Gonçalves

- 135 A Carta Arqueológica de Avis. Reflexões sobre o Paleolítico
Ana Cristina Ribeiro / Maria Margarida Salvador
- 141 Contributo para o conhecimento do concelho de Arraiolos: o projeto LAPA
Leonor Rocha / Ivo Santos
- 151 Projeto de Investigação: História do Povoamento de Picote (HistPP)
Daniela Ferreira / Filipe Costa Vaz
- 157 O projeto de investigação arqueológica do Núcleo do Castelo de Leiria:
enquadramento, objetivos e resultados
Vânia Carvalho / Isabel Inácio
- 165 Novos dados sobre o povoamento arqueológico na bacia do Rio Sado (Portugal).
Resultados preliminares das prospeções do projeto SADO-MESO
Leonor Rocha / Enrique Cerrillo Cuenca / Mariana Diniz / Pablo Arias / Ivo Santos / Raquel
Licerias Garrido / Sergio Quintero Caballero / Jairo Naranjo Mena / Adara López López
- 171 O que faz falta à arqueologia para ser melhor e mais eficaz: algumas reflexões
Vitor Oliveira Jorge / Florbela Estevão
- 179 Para a construção de uma Arqueologia Pública: memória e comunicação
Miguel Lago / Alexandre Sarrazola
- 189 A valorização patrimonial e educativa de sítios paleolíticos: o exemplo da
Foz do Enxarrique
Luís Raposo / Silvério Figueiredo
- 197 Parques arqueológicos/culturais – espaços de socialização do Património:
o caso do Vale do Côa
José Paulo Francisco
- 205 A valorização do Património Megalítico do Lousal (Grândola)
Nuno Inácio / Margarida Oliveira / Tânia Ferreira / Lara Alegre
- 213 O Projeto PAVT (Boticas, Portugal). Estudo, Valorização e Divulgação
de uma Paisagem Cultural
Luís Fontes / Bruno Osório / Mafalda Alves
- 219 A integração da memória da Mãe d'Água de Mijavelhas na Estação do Campo
24 de Agosto
Manuel Teixeira
- 227 Forte de São Lourenço (Olhão): Contributos para a valorização
do património local
Fátima Claudino

3. Pré-História

- 233 A utilização do quartzito no Pleistocénico médio em Portugal:
exemplo do sítio da Ribeira da Ponte da Pedra (Alto Ribatejo)
Sara Cura / Stefano Grimaldi / Pedro Cura / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek
- 243 Estruturas de habitat do final do Plistocénico Médio em Portugal:
o caso dos Pegos do Tejo 2, Portas de Ródão, Nisa
Nelson Almeida
- 251 A indústria lítica do Paleolítico Médio da Lagoa do Bando (Mação, Alto Ribatejo)
Pedro Peça / Sara Cura / Pedro Cura / Hugo Gomes
- 259 A Gruta da Oliveira (Torres Novas, Portugal): arqueologia, estratigrafia
e diacronia de uma jazida de referência para o Paleolítico Médio
da Península Ibérica
João Zilhão / Diego Angelucci / Thierry Aubry / Ernestina Badal / Jean-Philip Brugal /
Rui Carvalho / Cristina Gameiro / Dirk Hoffmann / Henrique Matias / João Maurício /
Mariana Nabais / Alistair Pike / Liliana Póvoas / Daniel Richter / Pedro Souto /
Erik Trinkaus / Karine Wainer / John Willman

- 269 O Solutrense em Portugal: novidades do século XXI
João Cascalheira
- 277 A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal
Cristina Gameiro / Thierry Aubry / Francisco Almeida
- 289 Uma primeira abordagem comparativa aos concheiros em Portugal e Japão – dos últimos caçadores-recolectores aos primeiros produtores de alimentos nos extremos da Eurásia
Diana Nukushina
- 297 Crise no Mesolítico: Evidências Zooarqueológicas
Simon Davis / Cleia Detry
- 311 Paisagens partilhadas? Novos dados sobre o povoamento Mesolítico e Neolítico antigo na costa Sudoeste alentejana
Helena Reis
- 319 Fossas, fornos, silos e outros meios de produção: acerca da implantação das práticas produtivas no Neolítico antigo em Portugal
Mariana Diniz
- 329 O Neolítico Médio no Maciço Calcário Estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura
André Nunes / António Faustino de Carvalho
- 335 Cronologia dos recintos de fossos da Pré-História Recente em território português
António Valera
- 345 Novos recintos de fossos no sul de Portugal: o *Google Earth* como ferramenta de prospecção sistemática
António Carlos Valera / Tiago do Pereiro
- 351 Sítios da Pré-história Recente da Ribeira de Enxoé (Serpa): apontamentos acerca da variabilidade das estruturas em negativo
Lídia Baptista / Sérgio Gomes
- 361 Estratégias de povoamento das comunidades do Neolítico final e Calcolítico no Vale da Ribeira de Alfundão (Ferreira do Alentejo, Portugal)
César Neves / Andrea Martins / Marco Andrade / Adelaide Pinto / Bruno Magalhães
- 373 Povoado Calcolítico do Porto Torrão – Elementos de adorno
Miguel Rocha / Paulo Rebelo / Raquel Santos / Nuno Neto
- 379 Povoado Calcolítico do Porto Torrão – Uma inumação em fossa
Nuno Neto / Miguel Rocha / Raquel Santos / Paulo Rebelo
- 387 Depósitos faunísticos dos enchimentos das estruturas em negativo de planta sub-retangular alongada e em forma de “osso” da Pré-história Recente do interior alentejano
Cláudia Costa / Sérgio Gomes / Lídia Baptista
- 397 Uma primeira abordagem à cerâmica decorada do 4^o/3^o milénio a.n.e. dos povoados de S. Pedro (Redondo)
Catarina Costeira / Rui Mataloto / Conceição Roque
- 407 O Hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final / Calcolítico inicial em Aljezur
Elisabete Barradas / Silvina Silvério / Maria João Silva / Cláudia Santos
- 417 Em torno ao conceito de “necrópole megalítica” na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios
Marco Andrade
- 427 Astronomia e Paisagem no Megalitismo do Norte do País: problemas e perspectivas
Fábio Silva

- 435 *Ídolomania*: figuras antropomórficas e “ídolos de cornos” do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora)
Filipa Rodrigues
- 447 Reflexões em torno das placas de cerâmica com gravuras de Vila Nova de São Pedro (Azambuja)
José Arnaud
- 457 Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3º milénio a.n.e. no actual território português
Carlos P. Odriozola / Ana Catarina Sousa / Rui Boaventura / Rodrigo Villalobos
- 463 Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra)
Filipa Pereira / Maria João Furtado / António Monge Soares / Maria Fátima Araújo / Rui Silva / João Luís Cardoso
- 469 Casal Cordeiro 5 e o povoamento (com) campaniforme na área da Ribeira de Cheleiros
Ana Catarina Sousa
- 481 O espólio campaniforme do sítio pré-histórico do Freixo (Reguengo do Fetal, Batalha)
Marco Andrade / Emili Ramos
- 489 O Povoado Pré-Histórico do Murtal (Cascais)
Paulo Rebelo / Nuno Neto / Raquel Santos
- 495 A Pintura Rupestre Esquemática em Portugal: muitos sítios, mesmas pessoas?
Andrea Martins
- 507 Abrigo Igreja dos Mouros – Esperança – Arronches no contexto da arte esquemática da Serra de S. Mamede
Jorge Oliveira / Clara Oliveira
- 515 Um novo abrigo com Pintura Rupestre Esquemática: o Abrigo de Segura, ou como, só se encontra aquilo que se procura
Andrea Martins / Luís Nobre
- 523 Pigmentos Pré-históricos na Península Ibérica: caracterização e técnicas de produção
Hugo Gomes / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek
- 527 Trabalhos de Arte Rupestre do Vale do Tejo: cervídeos, análises e resultados
Sara Garcês
- 537 O santuário rupestre da Várzea Grande (Ourique)
Mário Varela Gomes / José Malveiro / João Ninitas
- 549 A Arte Rupestre Atlântica: Passado, Presente e Futuro
Joana Valdez
- 557 Arte Menírica: Comparação Sistemática entre o Alentejo Central e o Barlavento Algarvio
Elia Goufa

4. Proto-História

- 563 Os metais da Idade do Bronze de Torre Velha 3 (Serpa) e os seus contextos arqueológicos
Eduardo Porfírio / Miguel Serra / Pedro Valério / António M. Monge Soares / Maria Fátima Araújo / Rui J.C. Silva
- 573 Dinâmicas de interação cultural no Bronze Médio – a cerâmica decorada do sítio da Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros) como estudo de caso
Elsa Luís

- 581 O Sítio do Corgo. Uma estação da Idade do Bronze em Vila do Conde
Iva Botelho
- 591 Os Machados Bujões/Barcelos e as Origens da Metalurgia do Bronze
na Fachada Atlântica Peninsular
Senna Martinez / Elsa Luís / J. Reprezas, / F. Lopes / E. Figueiredo / M. F. Araújo /
R. J. C. Silva
- 601 A Arrábida no Bronze Final – leituras e narrativas
Ricardo Soares
- 609 Estudo de metais e vestígios de produção do povoado fortificado do Bronze
Final do Outeiro do Circo (Beja)
Pedro Valério / António Monge Soares / Maria de Fátima Araújo / Rui Silva / Ana Osório /
Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 617 Afinal havia outra... Testemunhos de uma fase de ocupação mais antiga,
na Vila de Arraiolos
Sara Almeida / Ricardo Costeira da Silva / Cidália Matos
- 625 As estelas de Castelões e as representações proto-históricas do poder
Armando Coelho / João Ribeiro Parente / Maria José Lobato / Raquel Jorge
- 633 Tartessos e Tartéssios, de Estesícoro a Éforo
Pedro Albuquerque
- 641 Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa:
as cerâmicas de engobe vermelho
Marco Calado / João Pimenta / Lídia Fernandes / Victor Filipe
- 651 A cerâmica de tipo *Kuass* de Monte Molião (Lagos)
Elisa Sousa / Ana Margarida Arruda
- 661 A Necrópole da Nora Velha 2 (Ourique). Novos dados e interpretações
20 anos após a sua escavação
Rui Monge Soares / Artur Martins
- 671 Um depósito fundacional do século II a.C. em Mesas do Castelinho
(Almodôvar). Uma análise preliminar
Susana Estrela
- 681 Por um fio: tipologia e função do conjunto de cossoiros de Cabeça
de Vaiamonte (Monforte/Portugal)
Teresa Pereira
- 693 Continuidade e mudança nas estratégias agrícolas na Idade do Ferro
e Época Romana no noroeste peninsular
João Tereso
- 703 *Vissaium*. A Idade do Ferro em Viseu
Nádia Figueira / Carla Santos / Sónia Cravo
- 5. Antiguidade Clássica e Tardia**
- 711 O conceito de “romanização” e o panorama académico português
Vicenzo Soria
- 717 A cerâmica campaniense proveniente dos sítios arqueológicos da cidade
de Lisboa. Uma abordagem preliminar
Vanessa Dias
- 727 Ânforas romanas de época imperial de Monte Molião (Lagos): as Dressel 20
Catarina Viegas / Ana Arruda
- 737 50 anos depois: as ânforas romanas da Praça da Figueira
Rui Almeida / Victor Filipe

- 747 O fundeadouro romano da Praça D. Luís I
Jorge Parreira / Marta Macedo
- 755 Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos
Clementino Amaro / Cláudia Manso / Eurico Sepúlveda
- 765 Teatro Romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano
Lídia Fernandes
- 775 *A Terra Sigillata* do acampamento militar romano de Alto dos Cacos (Almeirim)
Rodrigo Banha da Silva / João Pimenta / Henrique Mendes
- 785 O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales
Carlos Batata
- 793 As termas medicinais romanas de Chaves
Sérgio Carneiro
- 803 O ritual funerário nos *agri olisiponensis*. Novos contributos para a sua caracterização
Alexandre Gonçalves
- 813 Vidros romanos das necrópoles de Alcácer do Sal em depósito no Museu Nacional de Arqueologia
Francisco Gomes
- 821 Notícia sobre a cerâmica comum da cidade de *Ammaia*: almofarizes de importação Bética
Vitor Manuel da Silva Dias
- 827 Uma *insula* em *Vissaium*
Sónia Cravo
- 835 Caracterização isotópica do Pb em glandes *plumbeae* do Alto dos Cacos (Almeirim)
Susana Sousa Gomes / Pedro Valério / Maria de Fátima Araújo / António M. Monge Soares / Amílcar Guerra
- 841 Torre Velha 1: uma *villa* na Antiguidade Tardia
Teresa Ricou / Ana Gonçalves / Consuelo Gómez
- 849 Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, (NARC), Lisboa
Carolina Grilo / Carlos Fabião / Jacinta Bugalhão
- 859 Enterramentos infantis Tardo-antigos na Rua de São Nicolau (Lisboa)
Sílvia Casimiro / Rodrigo Banha da Silva
- 865 O Casal Tardo-Romano da Malafaia (Arouca), exemplo de uma modalidade de ocupação romana menos conhecida no Norte de Portugal
António Manuel S. P. Silva / Paulo A. P. Lemos / Manuela C. S. Ribeiro
- 873 A desagregação do comércio Mediterrânico no Baixo-Guadiana Tardo Antigo: análise da *Terra Sigillata* Africana e Foceense tardia
Edgar Fernandes
- 883 O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia) e a ocupação Tardo-Antiga no Baixo Douro
António Manuel Silva / J. A. Gonçalves Guimarães
- 895 Um forno Alto-Medieval na *Villa* Romana da Herdade do Pomar/Monte da Ramada 1 (Ervidel)
Luís Fialho / Consuelo Gómez / Vânia Pirata

6. Época Medieval

- 903 Paisagem e povoamento rural no troço médio do vale do Guadiana entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média
João Marques
- 913 Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média
Cristina Gonzalez
- 923 O bairro de *Mādina Yābura*
Vanessa Filipe
- 931 Rituais Funerários na Necrópole Medieval Islâmica de Beja
Inês Martins e Raquel Santos
- 937 Silos medievais da Travessa das Capuchas (Santarém): estruturas e cultura material
Carlos Boavida / Tânia Casimiro / Telmo Silva
- 947 Aspetos formais, técnicos e culturais do universo cerâmico da Santarém medieval. Uma análise preliminar
Marco Liberato / Helena Santos
- 955 Um fragmento de *maqabrīyya* mudéjar de Santarém
Gonçalo Lopes / Helena Santos
- 961 Castelo de Castelo Branco: achados fortuitos nas colecções do Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Carlos Boavida
- 969 A Torre de Anto na história das muralhas da cidade de Coimbra à luz das novas evidências arqueológicas
Susana Temudo / Luísa Silva
- 979 Estelas Funerárias Medievais, do Distrito de Beja – Formas, Suportes e Iconografia
José Malveiro
- 987 São João da Pesqueira: Subsídios para o estudo do território medieval
André Donas-Botto
- 995 Produção monetária em Portugal
Tiago Gil Curado
- 999 Contributo para o estudo de Monsaraz – Os resultados das escavações arqueológicas no revelim de São João
Margarida Ataíde

7. Época Moderna e Contemporânea

- 1011 Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos
Artur Rocha / Jessica Represas / João Miguez / Joana Rosa Inocêncio
- 1019 Prisão do Aljube no séc. XVI – vidros, majólica italiana e cerâmica esmaltada espanhola
Clementino Amaro / Vanessa Filipe / José Pedro Henriques / Cláudia Manso
- 1025 Redescobrimo a História de Carnide: a Intervenção Arqueológica no Largo do Coreto e Envolvente
Ana Caessa / Nuno Mota
- 1033 A evolução de um contexto habitacional de Idade Moderna, no Beco das Barrelas, Alfama
Filipe Oliveira / Vasco Vieira

- 1041 A memória de um espaço urbano - Trabalhos de acompanhamento arqueológico na reabilitação do n.º 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa)
Sara Prata, Diana Dias e Fábian Cuesta-Gómez
- 1049 Pátio Linheiro, Largo dos Trigueiros: um exemplo da Lisboa seiscentista
André Bargão e Sara Ferreira
- 1057 Convento de Santana (Lisboa). Estudo preliminar do espólio da fossa 7
Rosa Varela Gomes / Mário Varela Gomes / Mariana Almeida / Carlos Boavida / Dário Neves / Kierstin Hamilton / Carolina Santos
- 1067 Intervenção Arqueológica no Beco do Loureiro
Raquel Santos, Paulo Rebelo e Nuno Neto
- 1079 A Fonte Setecentista da Quinta de Santo António da Boiça – Olivais Velho (Lisboa)
António Valongo / Marco Calado
- 1085 A Casa dos Bicos: estudo arqueológico de um espaço e quotidiano palaciano na Lisboa ribeirinha (séculos XVI-XVIII). Análise preliminar
Inês Pinto Coelho
- 1091 Subsídios arqueológicos para a História da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa)
António Marques / Margarida Bastos
- 1103 Panorama geral do espólio osteológico exumado na necrópole do extinto Hospital Real de Todos os Santos (Lisboa, século XV a XVIII)
Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro / Sandra Assis
- 1111 A necrópole Medieval/Moderno de Arruda dos Vinhos
Nathalie Antunes Ferreira / Guilherme Cardoso / Filipa Santos
- 1119 Igreja Matriz do Colmeal (Góis): um espaço sepulcral do século XV ao século XIX
Rui Pinheiro / Zélia Rodrigues
- 1129 O Castelo de Almeida: origem medieval, reformas manuelinas e reutilização moderna. Balanço de um projecto de investigação e valorização arqueológica
André Teixeira / Luís Gil
- 1139 Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Pena (Castelo de Leiria) – primeiros resultados
Vânia Carvalho / Isabel Inácio / Marina Lourenço / Sandra Assis
- 1145 Objectos do quotidiano na pintura de Josepha d’Ayalla. Imaginário ou realidade arqueológica?
Joana Gonçalves
- 1155 As cerâmicas de importação do Convento de Jesus de Setúbal: majólicas italianas e porcelanas chinesas
Mariana Brito Almeida
- 1163 O Mercado da Aguardente no Jardim do Marquês do Pombal
Luís Gomes / Iva Botelho
- 1175 Contributos para uma arqueologia moderna e contemporânea em contextos terrestres do arquipélago dos Açores
Ana Catarina Garcia / Brígida Baptista

8. Paisagens Culturais Ribeirinhas e Marítimas

- 1185 Entalhes, mechas e cavilhas: evidências de um navio romano na Praça D. Luís I (Lisboa)
Cristóvão Fonseca / José Bettencourt / Teresa Quilhó
- 1193 Orla ribeirinha de Lisboa: contextos náuticos de Época Moderna (recentes descobertas)
Alexandre Sarrazola
- 1197 A paisagem cultural marítima da Ria de Aveiro (sécs. XV-XIX): uma primeira abordagem
Patrícia Carvalho
- 1207 Projecto de Carta Arqueológica do Concelho de Lagos (2006-2010): História e desenvolvimentos
Tiago Fraga
- 1213 A Paisagem Cultural Marítima de Cascais: o modelo de investigação e de Gestão do Litoral
Jorge Freire / António Fialho

Prefácio

No ano em que se comemoram os seus 150 anos de existência, a Associação dos Arqueólogos Portugueses decidiu promover um programa muito diversificado de actividades, para celebrar um passado de que muito se orgulha, mas também para encarar com coragem e determinação um futuro que se afigura especialmente incerto e difícil. Desse programa destaca-se a realização do I Congresso da AAP, organizado em moldes inéditos no meio arqueológico português, com pré-publicação de todos os trabalhos apresentados. Daí resultou um balanço da investigação arqueológica em Portugal, no qual participaram cerca de 250 arqueólogos de todas as gerações.

A maior parte dos autores iniciaram a sua carreira de arqueólogos já no século XXI, beneficiando do crescimento exponencial da actividade arqueológica resultante da criação do Instituto Português de Arqueologia (1997-2004) e de uma série de instrumentos legais que enquadraram e agilizaram a intervenção daquele instituto, podendo por isso integrar-se naquilo que se poderia designar por “geração IPA”. Com efeito, esta obra, que será decerto uma referência incontornável para as próximas gerações, reflecte o crescimento não só quantitativo, mas também qualitativo, da Arqueologia em Portugal, em grande parte devido à concretização no terreno de uma política coerente de salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico.

Daí resultou a necessidade de reescrever todos os manuais, tarefa ainda por realizar, nas suas diversas vertentes, mas também de reorganizar a rede de museus e sítios arqueológicos, para que seja possível partilhar a enorme massa de informação recolhida com a população portuguesa e com os inúmeros visitantes estrangeiros, que procuram em Portugal não só o sol e a praia, mas também as raízes e o património cultural de um dos países mais antigos da Europa.

A concretização de uma obra desta dimensão e qualidade e a sua publicação em tempo útil não teria sido possível sem o cumprimento rigoroso e pontual das normas de publicação pela maior parte dos autores, sem o trabalho de edição e a dedicação da Comissão Executiva e sem o profissionalismo e a criatividade do designer Paulo Freitas.

Esta publicação constitui assim uma afirmação da vitalidade da Arqueologia, dos arqueólogos portugueses e da sua renovada Associação, e uma demonstração da importância estratégica desta área do conhecimento para o desenvolvimento social e económico do país e o reforço da sua identidade, factores que se afiguram de especial importância em épocas de grandes transformações como a que a sociedade portuguesa e o mundo ocidental atravessam. Resta esperar que isso seja reconhecido pelos poderes públicos, e que sejam dadas aos arqueólogos condições para poderem continuar a desenvolver a sua actividade, em benefício do desenvolvimento cultural e económico do país.

José Morais Arnaud

(Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

PARQUES ARQUEOLÓGICOS/CULTURAIS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO: O CASO DO VALE DO CÔA

José Paulo Francisco / Arqueólogo / Mestre em Gestão do Património Cultural, na especialidade de Património Arqueológico, pela Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela / arqconsulting@gmail.com

RESUMO

O objectivo deste artigo é o de apresentar um novo modelo de protecção-gestão do património (sistema de protecção territorial), com maior validade para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa-Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa. Em detrimento da figura legal de parque arqueológico, devido ao seu carácter redutor para uma gestão integral do património, defendemos em alternativa, a figura de protecção zona patrimonial e do sistema de gestão da mesma (parque cultural), novo modelo de protecção-gestão integral do património, criado recentemente na comunidade autónoma da região da Andaluzia, e nos finais década de noventa do século passado, na região de Aragão, Espanha.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present a new concept for the protection and management of heritage (with regard to a territorial protection system) with greater legitimacy for the management of the protected area trusted to the Côa Park Foundation for Côa Valley gentrification and safeguarding. Due to the limited nature of the Archaeological Park legal model for an integrated management of the heritage, we propose an alternative template, which considers the patrimonial area protection and the cultural park's management system, a new comprehensive concept of protection and management of heritage, recently conceived in the autonomous community of Andalusia, as well as at the end of the nineteen nineties, in the region of Aragon, Spain.

“La pregunta de los expertos suele ser: Qué podemos hacer por el patrimonio? pero las preguntas deberían ser: qué podemos hacer nosotros, la humanidad, por nosotros mismos, através del patrimonio? Qué podemos hacer los expertos para contribuir a ello?”

David Barreiro Martínez, Arqueología Aplicada y Patrimonio: memoria y utopia. Complutum 23(2): 37.

1. INTRODUÇÃO

A motivação que está por detrás deste texto, tem por base a convicção da necessidade de uma *gestão positiva do passado no presente*, pelo que o nosso âmbito de intervenção e acção dentro da nossa disciplina, a arqueologia, centra-se na gestão do património, com todas as dificuldades e limites da não existência de uma teoria da gestão do mesmo.

A arqueologia patrimonial, que se tem vindo a desenvolver nos últimos quinze anos em Portugal, res-

ponde às novas necessidades, que se estabeleceram em relação à gestão do património. Apesar de não pretendermos com este texto formular uma teoria arqueológica da gestão do património, base necessária para o estabelecimento de uma arqueologia pública, apresentaremos algumas linhas gerais, que deveriam ser seguidas para a sua formulação, tendo como finalidade a reconversão da arqueologia em uma tecnologia de gestão do património arqueológico, seguindo as propostas de Criado Boado (2012).

Pelo que esta reconversão, tem como objectivos dotar a arqueologia dos “*critérios, procedimentos e instrumentos de trabalho necessários, a uma gestão integral do património arqueológico*”, e às necessidades de uma nova arqueologia pública, que tem por base a gestão do património, horizonte de referência na actualidade para a prática arqueológica. Esta orientação iminentemente pragmática, da arqueologia pública necessita investigação aplicada, pelo que apresentamos como caso de estudo: os

parques arqueológicos/culturais-espços de socialização do património e nomeadamente, o Parque do Côa, como âmbito de estudo privilegiado de uma arqueologia aplicada, que deve ter como objectivos “*produzir discursos sobre processos sociais pretéritos e valores sociais para o presente*” (Criado Boado, 2012, p. 125). A arqueologia aplicada, deve ser considerada como uma prática pública e no caso de estudo apresentado, inscreve-se no campo do “desenvolvimento sustentável”, gestão e ordenamento do território e da paisagem, turismo cultural e patrimonial.

Segundo a proposta de David Barreiro (Barreiro, 2013), não existe gestão integral (estudo, protecção, gestão e socialização) do património arqueológico, sem arqueologia aplicada, concebida como disciplina orientada à gestão dos recursos arqueológicos no presente.

A nossa proposta de uma arqueologia aplicada e uma gestão do património dos parques arqueológicos/culturais, estabelece uma colaboração com as distintas disciplinas, que participam nos processos de gestão do território.

2. CONTEXTO: ARQUEOLOGIA APLICADA

Neste sentido a arqueologia aplicada, não se limita a gerar conhecimento histórico, pretende gerir e socializar o património arqueológico. A nossa investigação está orientada, numa linha concreta enfocada na produção de conhecimento e centrada num objecto de estudo específico: os parques arqueológicos/culturais como espaços de socialização do Património.

Pelo que o património, constitui o meio para uma socialização da arqueologia, principalmente neste momento de reposicionamento da disciplina, que para garantir a sua função social, deve assumir-se como uma prática científica no seio das comunidades do património, o que nos leva mais além da arqueologia pública, para alcançar uma arqueologia em comunidade, no sentido da Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005¹.

Em linhas gerais a arqueologia pública, centra a sua acção na comunicação e divulgação social da actividade arqueológica e do conhecimento científico por

si gerado, (Schadla-Hall, 1999; Ascherson, 2000; Merriman, 2004). O que só por si, nos parece insuficiente, pelo que reivindicamos e estamos conscientes da necessidade da integração no discurso arqueológico da sociedade e do público, constituindo os parques arqueológicos/culturais – importantes espaços de socialização do património e de multivocalidade (Hodder, 2008).

Neste sentido será necessário e urgente, praticar no Vale do Côa, uma “arqueologia em comunidade”, a “community archaeology”, amplia o horizonte da arqueologia pública, como prática integral e integradora, que tem por objectivo efectivar o encontro entre a comunidade e o seu património, através da sua inclusão nos processos de investigação (Derry & Malloy, 2003; Smith & Waterton, 2009; Moshenska & alii, 2009; Simpson, 2010).

Só assim será possível contrariar, as limitações interpretativas, existentes na generalidade dos parques arqueológicos/culturais e centros de interpretação, desenhados por funcionários e técnicos, nos quais a população tem sido colocada à margem do processo de investigação arqueológica. Pelo exposto, todos os projectos de gestão do património, devem integrar a comunidade, referenciamos como um exemplo de boas práticas de arqueologia desenvolvida na comunidade, o projecto de “A Lanzada – Sanxenxo, Pontevedra” (Ayan, 2010).²

A reconversão da arqueologia como técnica de gestão integral do património (González, 1999), que assumimos para a gestão dos parques arqueológicos/culturais, tem por base a *Cadeia de Valor do Património*, que parte da investigação básica para através da valorização e rentabilização do património, alcançar a divulgação e difusão social do conhecimento gerado (Criado, 1996).

Neste sentido os projectos de arqueologia pública, como é o caso do Vale do Côa, devem integrar os diferentes públicos em actividades didácticas, contribuir para uma consciencialização da Cidadania, para os valores do património, assim como diferencialmente, fomentar a participação das comunidades locais, nos processos de investigação, respeitando a multivocalidade das paisagens culturais.

O caso do Vale do Côa constitui um exemplo de “*discurso autorizado sobre o património*” (Smith, 2011),

1. Disponível em: http://www.aparqueologos.org/imagenes/PDF/Documentos/RAR_47_2008.pdf

2. «A Lanzada. Un proxecto de recuperación e divulgación arqueolóxica en Pontevedra», blog disponível em: <http://alanzada.wordpress.com/>

criado por especialistas, que assumem funções administrativas de protecção do passado, e o dever profissional de comunicar os valores patrimoniais. No entanto o discurso patrimonial autorizado, não é, o único discurso patrimonial, este exclui todas as outras percepções do património existentes, pelo que não integra e rejeita o conceito de património, como processo de criação de sentido dos lugares patrimoniais, baseado no que Cornelius Holtorf, definiu como modelo educativo da comunicação da arqueologia, na sua relação com a sociedade (Holtorf, 2007: cap. 6; 2007a). Este modelo baseia-se na comunicação ao público (passivo), dos resultados da investigação científica, tendo por objectivo, um sector amplo da sociedade, que percepçiona o passado nos mesmos termos, dos profissionais da arqueologia.

2. DA INVESTIGAÇÃO À CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PATRIMÓNIO: O CASO DO VALE DO CÔA

Os processos de gestão de um espaço patrimonial devem incluir de forma relevante os habitantes desses mesmos espaços, pelo que defendemos a criação no Vale do Côa, de um projecto de “arqueologia em comunidade”, o que implica a integração das comunidades no controle da gestão dos projectos, visando alcançar uma “community archaeology” (Marshall, 2002), entendida como arqueologia com as pessoas (Criado Boado, 2010). Considerando que determinados bens patrimoniais, se revestem de excepcional interesse, a sua preservação é legitimada como elementos do património mundial da humanidade no seu todo, como é o caso dos bens culturais afectos à gestão da Côa Parque-Fundação para a Valorização e Salvaguarda do Vale do Côa, pelo que esta deve orientar-se numa perspectiva “Glocal”.

No entanto parece por demais evidente a existência de uma lacuna importante, na gestão desta fundação pública de direito privado, a ausência de um Plano de Gestão actualizado (os órgãos de gestão dos lugares declarados Património mundial são obrigados desde 2002, a criar um plano de gestão-tanto os sítios novos como os inscritos anteriormente, que neste caso têm que realizar uma revisão da documentação). Um Plano de Gestão é um instrumento crucial, constitui uma declaração de princípios, que implica as partes interessadas a nível local, nacional e internacional e tem como objectivo a apropriação dos bens

patrimoniais por parte das comunidades locais do território afecto à sua gestão, que alcance a harmonia com as actividades económicas, que desenvolvem os agentes locais, estabelecendo como princípios para a gestão da Paisagem: o bem-estar económico e social de todos os seus habitantes, a apropriação social do património cultural e a sustentabilidade ambiental. Neste Plano devem ser identificadas três estratégias relevantes:

- 1) Incentivar o desenvolvimento de projectos produtivos e turísticos que gerem valor passível de ser aproveitados pelos habitantes;
- 2) Promover a participação social no processo de valorização, comunicação e divulgação do património cultural e dos valores sociais;
- 3) Integrar os objectivos da sua conservação na política regional, nacional e internacional.

O Plano de Gestão é uma ferramenta operacional para a conservação e protecção de sítios naturais, culturais e outros, mas também uma ferramenta de programação, deve ser actualizado e ou renovado com frequência e monitorizado ao longo do tempo. Deve ser integrado com outros programas de desenvolvimento económico/financeiro, planeamento e ordenamento do território a nível local. No entanto um dos aspectos cruciais é a sua validade jurídica e, portanto, a possibilidade de incluir um sistema de regras, que governem o território a um nível superior, através da aprovação de medidas legislativas.

A gestão do património deve ser integral, para alcançar este pressuposto utilizamos como modelo teórico, a *Cadeia de Valor do Património*, que propomos para organizar a investigação e gestão dos bens patrimoniais do Vale do Côa, para cujo desenvolvimento em muito contribuiu, a investigação do Laboratório de Arqueologia da Paisagem, CSIC, Santiago de Compostela, dirigido pelo Prof. Felipe Criado (Criado Boado, 1996; González Méndez, 1999). Este modelo apresenta uma proposta, através da qual as materialidades pretéritas se transformam em bens patrimoniais, por actos de identificação, documentação, significação, conservação, valorização, divulgação e recepção e estabelece, que as boas práticas em investigação e gestão desses bens patrimoniais devem incluir todas essas dimensões.

Segundo este modelo, a socialização do património é uma pré-condição para a sua preservação e conser-

vação, e deve estar na base das estratégias de conservação dos bens patrimoniais, que devem ser orientadas pela *Cadeia de Valor do Património* – sequência de fases: da investigação à recepção (processo de socialização dos bens patrimoniais). Seguimos os critérios, da ‘Australia ICOMOS Burra Charter, 1999’ – Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS da Austrália³, (documento destinado a delinear as melhores práticas no âmbito da gestão do património da Austrália e dos processos de conservação, mas que desde então se tornou um padrão internacional para tais processos), na medida em que a Carta, tem sido usada como um ponto de referência, na promoção da inclusão da comunidade na conservação e preservação do património. Como refere (Smith, 2011), qualquer tentativa de envolver grupos comunitários deve ter em conta as relações de poder, que sustentam o discurso dominante (discurso autorizado sobre o património), uma vez que estes podem, inadvertidamente, trabalhar para desencorajar a participação equitativa dos diversos discursos. A aceitação acrítica de uma abordagem dominante (discurso autorizado sobre o património), passa na actualidade por um processo de revisão crítica, pelo qual a prática da gestão do património está num processo de transição, em que as diferentes interpretações, competem pela autoridade.

3. ARQUEOLOGIA EM COMUNIDADE, PATRIMÓNIO PÚBLICO

No sentido do exposto, o trabalho de gestão do património deve ser participativo e implicar os diversos agentes. As comunidades querem participar nos projectos, os gestores e os especialistas, que não perceberem este novo tipo de prática, designada como “community science” (Marshall, 2002) e que implica os grupos locais no controle dos projectos, terão um problema prático. Uma arqueologia desenvolvida na comunidade, implica uma alteração do sistema de poder, que talvez possa não ser muito do agrado de alguns dos autores do discurso autorizado sobre o património.

Em nossa opinião, aqui radica o fracasso de muitos projectos de gestão do património e nomeadamente no caso do Vale do Côa, esta insensibilidade em relação à comunidade, só poderá ser ultrapassada

3. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>

em nossa opinião, através da aplicação do modelo teórico anteriormente proposto: a *Cadeia de Valor do Património* – programa de ciência pública, que visa a construção de um património público – múltiplas narrativas, sobre os bens patrimoniais (ver um excelente exemplo em Gianotti & alii, 2009).

A multivocalidade regulamentar empregada pela Carta de Burra, estabelece no artigo 12.º, relativo à participação, que “a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio, tem associações e significados especiais, ou quem têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio”.

Esta construção participativa e dialógica com a comunidade parece ser em nossa opinião o desafio para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa. Assim como a compreensão da territorialização do património, e as suas dimensões espaciais. Existe em nosso entender, a necessidade desta avançar na criação de um sistema patrimonial mais amplo, que o de parque arqueológico, para construir um sistema científico, que aglutine os restantes componentes naturais e culturais, assim como as paisagens do território, que está incluído no perímetro confiado a esta instituição e promover um novo modelo de protecção-gestão, que aborde o Património desde uma perspectiva territorial. Recentemente, defendemos um novo modelo de protecção-gestão do Património (sistema de protecção territorial)⁴, com maior validade para a gestão da zona patrimonial confiada à Côa Parque-Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa, em detrimento da figura legal de parque arqueológico, devido ao seu carácter redutor para uma gestão integral do Património.

4. SISTEMA DE PROTECÇÃO-GESTÃO DA ZONA PATRIMONIAL DO VALE DO CÔA

Reafirmamos a nossa convicção, de que a figura legal de parque arqueológico é redutora para uma gestão integral do património do Vale do Côa, pelo que defendemos em alternativa a introdução na legislação nacional, da figura de protecção Zona Patrimonial e do sistema de gestão da mesma

4. Disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/maqueta_17_2_completa__online_

(Parque Cultural), novo modelo de protecção-gestão integral do património, criado recentemente na comunidade autónoma da região da Andaluzia, e nos finais década de noventa do século passado, na região de Aragão, Espanha.

As zonas patrimoniais constituem uma importante inovação da Lei do Património Histórico Andaluz (LPHA)⁵ à escala peninsular, no que concerne à protecção da paisagem cultural e à introdução de um novo conceito de gestão do património à escala territorial. Respondendo à necessidade de contar dentro do quadro legislativo da administração cultural Andaluza, de uma figura de protecção legal, que permite que o território no qual se produz a evolução humana, e se encontram os testemunhos desta (materializados pelos diversos bens culturais de distinta natureza e cronologia), seja articulado através de um sistema patrimonial integrado.

Sistema patrimonial integrado no qual coexistem bens culturais de diversa natureza e cronologia, geridos a partir da figura de gestão dos parques culturais, criados pela Lei do Património Histórico Andaluz (LPHA), estes constituem uma nova figura legal para a gestão das zonas patrimoniais, que requerem um órgão de gestão, no qual participam as administrações públicas e sectores implicados na gestão do território delimitado.

A nossa proposta de introdução da figura legal de protecção de zona patrimonial, no quadro legislativo da gestão do património cultural nacional e nomeadamente aplicado ao caso do Vale do Côa, passa pelo seu reconhecimento como uma nova figura legal de protecção do Património, que responde à evolução das teorias de protecção do património e à ampliação do seu conceito à escala territorial. Assim como de uma visão integral do património, que parte da “*patrimonialização*” do território, considerado como um mosaico histórico assim como do conceito de “*territorialização do património*”.

Enquanto tradicionalmente, os conceitos de património e paisagem se abordavam de forma separada, o processo de contextualização do património evidenciou nos últimos anos a necessidade do tratamento conjunto de ambos. Pelo que as zonas patrimoniais constituem uma importante novidade, no que respeita à protecção da paisagem cultural,

assim como para a gestão do património à escala territorial. Efectivada pelos parques culturais, que se concebem fundamentalmente como ferramenta de gestão, extraordinariamente próxima a critérios de ordenamento do território, segundo uma visão do património, que consiste na abertura comprometida de um diálogo entre temporalidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recentemente foram publicadas as actas do “I Congreso Internacional de Buenas Prácticas en Patrimonio Mundial: Arqueología”, celebrado em Menorca, Espanha, de 9 a 13 de Abril de 2012⁶, nas quais se recolhe um importante conjunto de contributos de investigadores, estes nos demonstram que os bens do Património Mundial, podem acolher diversas utilizações, ecológica e culturalmente sustentáveis e contribuir para a qualidade de vida das comunidades locais envolvidas.

Recolhem também um documento de referência, no que concerne a Boas Prácticas para a Gestão de Sítios Arqueológicos Classificados como Património Mundial, que entre outros pontos com os quais estamos em total concordância, são de relevar a declaração de que a chave para o êxito de qualquer iniciativa de gestão do património, é a transversalidade no tratamento dos bens culturais, dos quais há que destacar a busca da sustentabilidade ambiental e a justiça social. Neste sentido, refere-se que a actividade arqueológica tem que ir mais além da interpretação histórica, como ciência humana e deverá assumir um compromisso social, através do envolvimento das comunidades locais na gestão dos bens patrimoniais, o que deverá constituir uma prioridade e uma constante na gestão do património.

Não se trata no entanto, do modelo educativo de comunicação da arqueologia, que se baseia na comunicação ao público (passivo), dos resultados da investigação científica, tendo por objectivo, um sector amplo da sociedade, que percepção o passado nos mesmos termos, dos profissionais da arqueologia, mas sim da participação na criação de conhecimento. Estamos conscientes do risco desta proposta, que tendo por base a análise crítica do “discurso patrimonial autorizado”, parece levar-nos do au-

5 Disponível em: <http://www.parlamentodeandalucia.es/webdinamica/portal-web-parlamento/pdf.do?tipodo=c=coleccion&id=23415&clay=14>

6. Disponível em: https://portal.ucm.es/c/document_library/get_file?uuid=9b647ff2-7a17-4d68-b556-a5e4d3f82&groupId=174465

toritarismo científico tradicional ao populismo (González Ruibal, 2012, p. 106)). Segundo este autor, o problema da arqueologia pública baseada em critérios participativos simétricos, é o de colocar todas as vozes ao mesmo nível e considerar, que a comunidade, por ser maioria tem sempre razão, ou algo importante a dizer.

Partilhamos a sua proposta alternativa, ao velho estilo do “discurso patrimonial autorizado”, baseada no conhecimento especializado, capacidade crítica e no trabalho para o bem comum. Esta visão implica a prática de uma arqueologia pública, orientada para os problemas públicos, em diálogo com as outras disciplinas, implicadas no ordenamento do território e desenvolvimento local e regional, orientação necessária no caso do Vale do Côa. O anterior implica implantar o princípio de corresponsabilidade no estudo e gestão do património, que propicie a interação entre os vários níveis da administração-local, regional, nacional e comunitária, assim como entre estas e os agentes públicos e as comunidades locais. Assim como uma necessária coordenação entre ministérios, que se relacionam com o património, a administração do património não se pode aliar das outras políticas sectoriais como meio ambiente, ordenamento do território, ciência, educação e cultura. Relembramos que a salvaguarda e valorização do património cultural, nomeadamente o histórico e arqueológico, constituem um dos objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, baseada na Estratégia de Lisboa definida pelo Conselho Europeu, que aposta no aproveitamento do potencial científico e cultural como suportes de coesão, qualificação e competitividade dos portugueses. Consequentemente, esse objectivo foi traduzido como um dos pontos estratégicos do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), sob a alínea denominada “Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural”.

No caso de estudo, o Vale do Côa, a gestão do património, tem sido realizada com escassa participação social, as comunidades não tem sido protagonistas na sua planificação, pelo que dificilmente se poderá atribuir capacidade de coesão social, apenas se tem procurado alcançar, o gosto da contemporaneidade, que supostamente exerce o “discurso autorizado do património”, aos visitantes.

Sem a sua dimensão social, o património arqueológico reduz-se a meros vestígios do passado, neste sentido os parques e os museus arqueológicos de-

vem em definitivo promover o desenvolvimento sustentável e o compromisso do desenvolvimento integral da sociedade, nesta perspectiva a arqueologia é uma prática social experienciada no presente.

BIBLIOGRAFIA

ASCHERSON, N. (2000) – Editorial. *Journal of Public Archaeology*. 1: 1, pp. 1-4.

BARREIRO, D. (2012) – Arqueología aplicada y patrimonio: memoria y utopía. *Complutum*. Madrid, 23: 2, pp. 29-46.

BARREIRO, D. (2013) – *Arqueológicas. Hacia una arqueología aplicada*. Barcelona: Bellatera arqueología.

CRIADO BOADO, F. (1996) – Hacia un modelo integrado de investigación y gestión del Patrimonio Histórico: la cadena interpretativa como propuesta. *Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*. Sevilha. 16, pp. 73-8.

CRIADO BOADO, F. (2010) – Què és avui l' Arqueologia? *Cota zero: revista d'arqueologia i ciència*, Barcelona. 25, pp. 51-56.

CRIADO BOADO, F. (2012): *Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Bellatera arqueología.

DERRY, L.; M. MALLOY, eds. (2003) – *Archaeologist and Local Communities: Partners in Exploring the Past*. Washington: Society for American Archaeology.

GIANOTTI GARCÍA & al. (2009) – De la investigación a la construcción participativa del patrimonio. Un programa de educación patrimonial y divulgación de la cultura científica en Uruguay. *Arkeos: revista electrónica de arqueología*. Lima. 4.

GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (1999) – *Investigación y puesta en valor del Patrimonio Histórico: planteamientos y propuestas desde la arqueología del paisaje*. Tesis Doctoral. Historia I de la Facultade de Xeografía e Historia de la USC. Santiago de Compostela. <http://hdl.handle.net/10261/28279>.

GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2012) – Hacia outra arqueologia: diez propuestas. *Complutum*. Madrid. 23: 2, pp. 103-116.

HODDER, I. (2008) – Multivocality and Social Archaeology. In J. HAB; C. FAWCETT; J. M. MATSUNAGA, eds.- *Evaluating Multiple Narratives Beyond Nationalist, Colonialist, Imperialist Archaeologies*. New York: Springer. pp. 196-200.

HOLTORF, C. (2007a) – *Archaeology is a brand. The meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture*. Oxford: Archaeopress.

HOLTORF, C. (2007b) – Can you hear me at the back? Archaeology, Communication and Society. *European Journal of Archaeology*. 10: 2-3, pp. 149-65.

MARSHALL, Y. (2002) – What is community archaeology?, *World Archaeology*. 34: 2, pp. 211-219.

MERRIMAN, N. (2004) – *Public Archaeology*. London: Routledge.

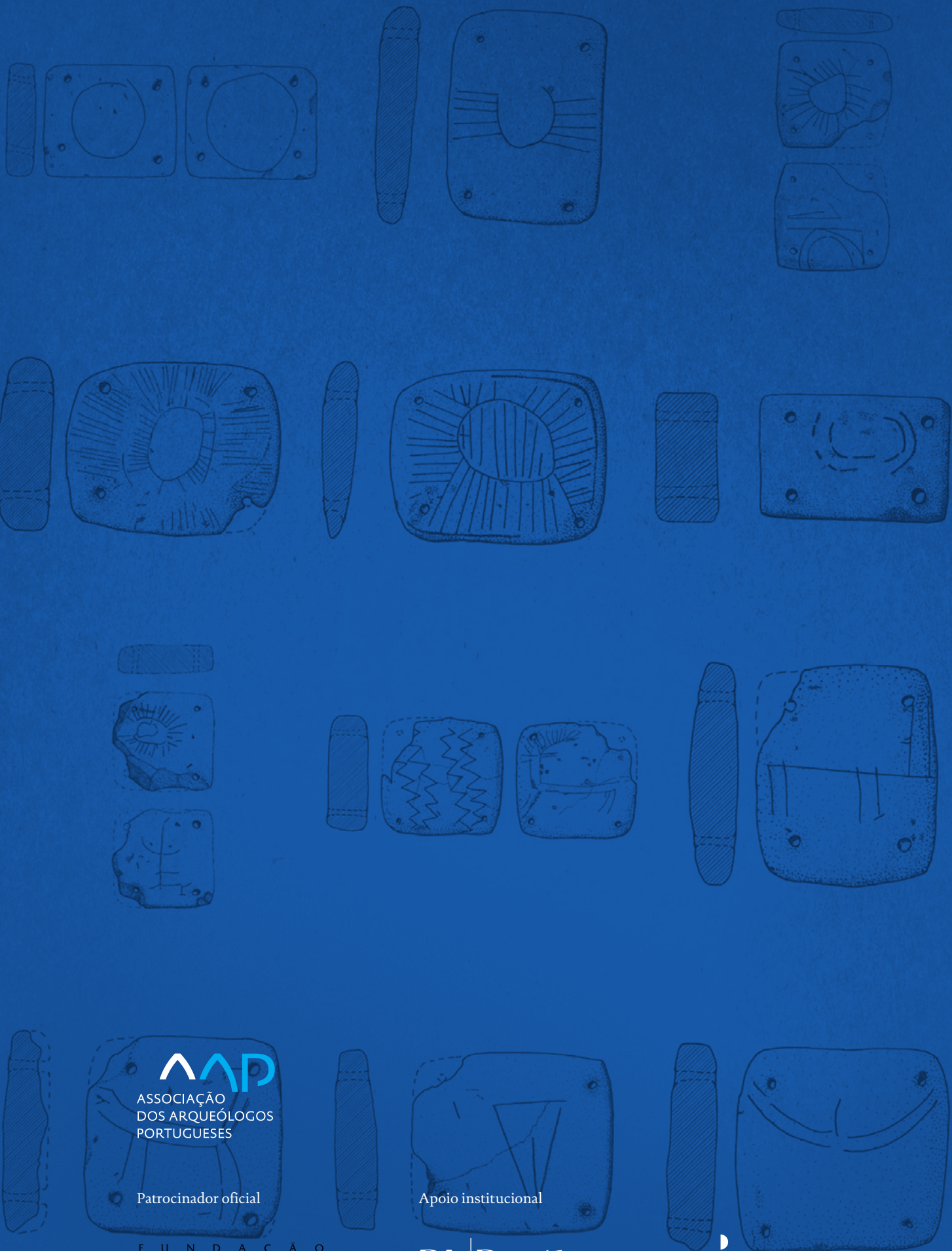
MOSHENSKA, G.; DHANJAL, S.; DOESER, J.; PHILIPS, S. y ALLEN, S. (2007) – Community Archaeology against the odds. Manifesto for Community Archaeology. *Current Archaeology*. 35, pp. 213-234.

SCHADLA-HALL, T. (1999) – Editorial: Public Archaeology. *Journal of European Archaeology*. 2: 2, pp. 147-58.

SMITH, L. J. y WATERTON, E. (2009) – *Communities and Archaeology*. London: Duckworth.

SMITH, L. (2011) – ‘El “espejo patrimonial”. Ilusion narcisista o reflexiones multiples? *Antipoda: revista de antropologia y Arqueologia*. 12, pp. 39-63.

SIMPSON, F. A. (2010) – The Values of Community Archaeology: A Comparative Assesment between the UK and US. *BAR International Series*. Oxford. 2105.



AAAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDACÃO
Millennium
bcp

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE
PORTUGAL


Parques de Sintra
Monte da Lua